



## **AO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG**

**Processo n.: 264/2022**

**Pregão Presencial n.: 053/2022**

**RECRIAR SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o n. 27.362.580/0001-13, com sede na Rua Amaral Franco, n. 105, 2º andar, Centro, CEP 36900-034, Manhuaçu/MG, neste ato representada por sua administradora **Alessandra Magna Ferreira Rodrigues Fortunato**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n. 034.351.236-05, portadora do RG MG-9.064.870, residente e domiciliada na Rua Jorge Sathler, n. 34, 1º andar, Bairro Luciano Heringer, CEP 36.900-194, Manhuaçu/MG, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 41, § 1º, da Lei n. 8.666/93 apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

#### **I. DA SÍNTESE FÁTICA**

Cuida-se de pregão presencial promovido pela Prefeitura Municipal de Cataguases cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capina, remoção de entulho, manutenção e limpeza das vias urbanas, incluindo fornecimento de ferramentas necessárias à execução dos serviços. O critério de julgamento é o de menor preço ofertado.

Conforme será demonstrado, não foram estipuladas exigências mínimas no instrumento convocatório para que participem apenas as empresas hábeis financeira e tecnicamente a

desempenhar o objeto descrito, de modo que o edital contraria as disposições legais, fazendo-se necessário impugná-lo.

## II. DA TEMPESTIVIDADE

Consoante estabelece o item 4.5 do edital, a impugnação pode ser protocolada até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas.

Destaca-se que não há distinção na regra de contagem de prazos para frente contida no Código de Processo Civil em relação à contagem regressiva na Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações). Assim, a teor do art. 224 do CPC, “salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento”. Portanto, independentemente da contagem do prazo ser para frente ou para trás, exclui-se o primeiro dia, que é dia do evento (ou da sessão), publicação ou ato de origem e inclui-se o último. Nesse sentido preleciona a doutrina:

**[...] se o parágrafo segundo do artigo 41 da Lei nº 8666/93 determina de modo expresso que o licitante deve protocolar sua impugnação ATÉ o segundo dia útil que anteceder a abertura do certame, isso significa que o documento pode ser apresentado inclusive durante o transcorrer do segundo dia útil anterior ao início da licitação.** A utilização do termo “até” nos comandos normativos em referência traz, evidentemente, o entendimento de que no segundo dia anterior à abertura do certame ainda se mostra possível apresentar o pedido de impugnação ao edital eventualmente contestado. [...] O Tribunal de Contas da União já acolheu tal entendimento. No Acórdão nº. 1/2007 (processo TC 014.506/2006-2) o TCU entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 22/11/2005 (terça-feira) em face de um pregão que teria abertura em 24/11/2005 (quinta-feira). Do mesmo modo, através do Acórdão nº. 382/2003 (processo TC 016.538/2002-2) entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 27/9/2002 (sexta-feira) em face de uma licitação que ocorreria em 1/10/2002 (terça-feira).<sup>1</sup> (Grifos acrescidos)

A data de abertura da sessão do pregão presencial e das propostas (22/12/2022) marca o início do prazo para apresentar impugnação e deve ser excluída da contagem, o primeiro dia útil é 21/12/2022 e o segundo é 20/12/2022, dia do vencimento que deve ser incluído.

Destarte, resta claramente demonstrada a tempestividade da presente impugnação.

---

<sup>1</sup> NEVES, Ricardo Silva das. Impugnação ao edital: tempestividade. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2520, 26 mai. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14918>. Acesso em: 19 dez. 2022.

### III. DOS FUNDAMENTOS

#### 1) Da ponderação entre os princípios da isonomia e da supremacia do interesse público

A licitação é um procedimento administrativo de observância compulsória pelos entes de direito público que – respeitando a isonomia entre os participantes – visa selecionar a melhor proposta dentre as apresentadas pelos licitantes, desde que preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento do objeto licitado. A disputa igualitária tem por intuito eleger a proposta mais vantajosa aos interesses da Administração para a celebração de um contrato administrativo entre ela e o vencedor do certame.<sup>2</sup>

Em que pese o princípio isonômico estar consagrado no art. 37, *caput*, da Constituição Federal e ratificado pelo art. 3º da Lei n. 8.666/93, sua aplicação se dará juntamente com o postulado da supremacia do interesse público, o qual é

[...] um dos pilares do denominado regime jurídico-administrativo, fundamentando todas as prerrogativas especiais de que dispõe a Administração como instrumentos para consecução dos fins que a Constituição e as leis lhe impõem. Decorre dele que, existindo conflito entre o interesse público e o interesse particular, deverá prevalecer o primeiro, tutelado pelo Estado, respeitados, entretanto, os direitos e garantias individuais expressos na Constituição, ou dela decorrentes.<sup>3</sup>

Conclui-se que quando em confronto com outros princípios, prevalecerá o interesse público. Há necessidade de ponderação entre os princípios. Isso porque a Administração, embora seja obrigada a observar a igualdade entre os licitantes, deve estabelecer condições editalícias mínimas que comprovem a aptidão (técnica, operacional e financeira) do futuro prestador de serviços.

A isonomia irrestrita e a não estipulação de regras essenciais no instrumento convocatório prejudicam as entidades governamentais por possibilitar que empresas não qualificadas concorram em procedimentos licitatórios, sendo que, para vencer, apresentariam subpreços e posteriormente obrigariam que fossem realizados aditivos ao contrato administrativo por não lograr êxito em desempenhar os serviços apropriadamente e cumprir com o contratado.

---

<sup>2</sup> ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 19. ed. São Paulo: Método, 2011, p. 562.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 184.

No presente caso, não foram estabelecidas condições mínimas aptas a seletar somente as empresas do ramo que realmente possam executar fielmente o objeto licitado, razão pela qual impugna-se o referido edital.

## **2. Dos documentos que devem ser requisitados**

### **2.1. Planilha de composição de custos**

Por tratar-se de prestação de serviços de duração continuada, o Tribunal de Contas da União (TCU) entende que a mera proposta contendo o valor não é suficiente para demonstrar que se trata da contratação mais vantajosa<sup>4</sup>. **É imprescindível para a aferição de sua exequibilidade, aceitabilidade e vantajosidade a apresentação de planilhas de composição de custos e formação de preços dos serviços envolvidos na contratação.**

A referida planilha constitui um meio essencial e legítimo para averiguar se proposta é vantajosa e exequível, assim como para verificação da existência de subpreço ou sobrepreço. Insta registrar que tal requisito pode evitar prejuízo ao erário decorrente de eventuais aditamentos contratuais e superfaturamento do objeto contratado. É um dever do licitante demonstrar de forma irrefutável – por intermédio da documentação comprobatória – a exequibilidade dos preços ofertados.

Sendo assim, é indispensável que a planilha de composição de custos conste no edital como pressuposto a ser atendido pelo participante, devendo ser entregue com a proposta.

### **2.2. Registro na entidade profissional competente**

A habilitação do licitante é verificada quanto ao aspecto jurídico, técnico, econômico-financeiro, fiscal e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, ou seja, não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos

**Relativamente à qualificação técnica, o inciso I do art. 30 da Lei n. 8.666/93 impõe o registro ou inscrição na entidade profissional competente.** De acordo com a Resolução n. 1.121/2019 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA):

---

<sup>4</sup> Acórdão 2341/2020, Plenário, Relator: Raimundo Carreiro, Data da sessão: 02/09/2020.

Art. 2º O registro é a inscrição da pessoa jurídica nos assentamentos do Crea da circunscrição onde ela inicia suas atividades envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

**Art. 3º O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea. (Grifos acrescidos)**

As atividades descritas no objeto licitado são fiscalizadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e para executá-las é indispensável o registro no Conselho. **Cumpra mencionar que caso a empresa esteja executando tais atividades sem o devido registro no Conselho poderá ser autuada por exercício ilegal, nos termos do art. 35 da citada resolução.**

Desse modo, é imperiosa a imposição de registro da pessoa jurídica no CREA como condição de habilitação no certame.

### **2.3. Balanço patrimonial**

O art. 31, I, da Lei n. 8.666/93 prevê a obrigação de apresentar o balanço patrimonial com o objetivo de comprovar a qualificação econômico-financeira do participante:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

O entendimento jurisprudencial corrobora a previsão legal:

MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – HABILITAÇÃO – SICAF – APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL.

**1. Todo licitante deve apresentar o balanço do último exercício social (artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93).**

2. A possibilidade de apresentação dos documentos por intermédio do SICAF (artigo 4º, XIV, da Lei Federal nº. 10.520/02) não afasta a exigência de apresentação de balanço: o licitante pode optar pelo SICAF, mas é de sua responsabilidade zelar para que, no SICAF, conste toda a documentação.

3. No caso concreto, o SICAF não continha todos os documentos exigidos em lei: embora, para o sistema, o último balanço societário valesse até 30 de junho, nos termos da legislação vigente, já era exigível novo balanço. A habilitação inicial, pelo SICAF, não atendeu à lei ou ao edital.

4. Não houve a entrega da documentação exigida no prazo fixado no Edital (item 8.4.18).
5. É de rigor a observância das regras editalícias pela Administração, sob pena de afronta ao princípio da isonomia entre os participantes.
6. O ato administrativo de inabilitação da impetrante é regular, portanto.
7. Apelação desprovida.  
(TRF 3ª Região, 6ª Turma, ApCiv - Apelação Cível - 5011631-68.2017.4.03.6100, Rel. Juiz Federal Convocado Leila Paiva Morrison, julgado em 24/01/2020, Intimação via sistema Data: 30/01/2020, Grifos acrescidos)

No entanto, o instrumento convocatório não exige o documento dos licitantes. **O dever legal de apresentar o balanço patrimonial é inafastável, pois permite a verificação da qualificação econômico-financeira do licitante e a possibilidade de execução dos serviços a serem contratados.**

#### **IV. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O valor global estimado do procedimento licitatório promovido pela Prefeitura Municipal de Cataguases é de R\$2.422.795,84 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), tratando-se de uma quantia substancial.

Os cuidados tomados na publicação do edital, estabelecendo condições e limites de participação não devem ser considerados como excesso de formalismo, mas sim como mecanismos de preservar o patrimônio público.

É prudente determinar cláusulas editalícias com o intuito examinar a qualificação técnica e econômico-financeira das empresas licitantes e evitar que, após a assinatura do contrato, a contratante seja surpreendida pela inexecutabilidade dos serviços derivada do subpreço proposto e da aptidão técnica medíocre ou inexistente, o que lhe acarretaria um vultoso ônus.

**A comprovação da capacidade da empresa não pode gerar dúvidas. Pelos requisitos dispostos no instrumento convocatório, não há como ser comprovada de forma indubitável a capacidade técnica e financeira de executar um objeto cujo valor estimado é tão considerável, além de demandar conhecimento técnico específico, experiência e qualificação profissional e operacional.**

Inferese, dessa maneira, a imprescindibilidade de retificar o edital para acrescentar exigências aptas a, de fato, demonstrar a capacidade do licitante para executar o objeto licitado e blindar a administração de um possível dano patrimonial.

## **V. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

- a) O recebimento da presente impugnação;
- b) A retificação do edital para que sejam exigidos dos licitantes a apresentação da planilha de composição de custos, do registro da pessoa jurídica no CREA e do balanço patrimonial da empresa;

Nesses termos,

Pede deferimento.

Manhuaçu, 20 de dezembro de 2022.

**Alessandra Magna Ferreira Rodrigues Fortunato**

**CPF n. 034.351.236-05**